



**Prefeitura Municipal de Ubá**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**CORRESPONDÊNCIA**

RECEBIDA EM

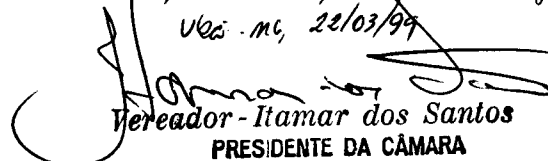
22 / 03 / 99

às 18:20 horas

**MENSAGEM N.º 06/99, DE 22.03.99**

Exm.º Sr.  
Vereador Itamar dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
Nesta

A C.C.J.R. com cópia aos Vereadores Edvaldo Bardo,  
Ademir de Paula, Rosa Araújo e Rosângela Alfenas.  
Ubá - MG, 22/03/99

  
Vereador - Itamar dos Santos  
PRESIDENTE DA CÂMARA

Senhor Presidente,

Cumpre-nos encaminhar a V.Ex.<sup>a</sup>, para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo, que *“altera a Lei Municipal 2.613, de 17 de julho de 1995, que dispõe sobre o pagamento de despesas sob o regime de adiantamento, na Prefeitura Municipal de Ubá”*.

A referida lei, ao instituir o regime de adiantamento na administração pública ubaense, limitou a utilização desses recursos com o pagamento de diárias a servidores, além de representação eventual e abastecimento e contratação de reparos em veículos fora da sede do Município, quando em viagem, excluindo outras despesas de pequeno vulto e urgentes, que podem perfeitamente ser executadas com os recursos dos adiantamentos, agilizando-se a normalização do serviço, sem prejuízo da lisura aplicável às compras e contratações no serviço público ubaense.

Frequentemente, o Poder Público tem experimentado certa dificuldade para efetuar despesas urgentes, de pequeno porte e em caráter de urgência. Devido a sua morosidade, a administração perde credibilidade aos olhos do público e dos próprios funcionários.

Tal alteração visa, principalmente, a agilizar a atuação da Administração Municipal, que às vezes se vê obrigada a atrasar a execução de determinado serviço por causa da necessidade de se aguardar o processo de compra ou contratação de pequeno vulto, como compra de peças para máquinas ou equipamentos, além de, no dia-a-dia, precisar a contratar pequenos serviços e compras, como conserto de fechaduras, compra de lâmpadas elétricas normais e especiais para aparelhos médico-odontológicos, troca de vidro em janelas e basculantes, pequenos serviços de bombeiro, eletricitas, pedreiro, marceneiro, carpinteiro, serralheiros, etc., que exijam reparos imediatos.

Outra alteração que se faz necessária é a do art. 23 da referida Lei, substituindo-se a UFM- Unidade Fiscal Municipal pela UFIR-Unidade Fiscal de Referência, uma vez que a primeira já não é mais adotada na Administração Municipal.

Confiantes na acolhida de V.Ex.<sup>a</sup> e de seus ilustres Pares, renovamo-lhes as expressões de nosso apreço.

Atenciosamente,

  
Narciso Paulo Michelli  
Prefeito de Ubá



## **Prefeitura Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

### **PROJETO DE LEI N.º 026/99, de 22.03.99 Ref.: Mensagem 06/99, de 22.03.99)**

*Altera dispositivos da Lei Municipal 2.613, de 17.07.95, que dispõe sobre o pagamento de despesas sob o regime de adiantamento, na Prefeitura Municipal de Ubá.*

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os incisos I e III, do artigo 1º, bem como os artigos 23 e 33, da Lei Municipal 2.613, de 17 de julho de 1995, que “dispõe sobre o pagamento de despesas sob o regime de adiantamento, na Prefeitura Municipal de Ubá”, passam a vigorar com as redações que seguem:

*“Art. 1º – (...)*

*I – despesas ou serviços especiais em viagens que exijam pronto pagamento em espécie ;*

*II – (...);*

*III – despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapasse o limite estabelecido no art. 23 desta Lei.*

*Art. 23 - As despesas previstas no inciso III, do artigo 1º desta Lei não poderão ultrapassar o valor correspondente a três UFIR-Unidade Fiscal de Referência, divulgada pelo Governo Federal e vigente no dia da liberação do adiantamento.*

*Art. 33 – Nas contas consideradas em ordem, a Divisão de Contabilidade certificará o fato ao servidor responsável pelo adiantamento, bem como no local apropriado do documento mencionado no inciso II, do art. 29, o qual será anexado ao empenho, encaminhando-se o processo para o serviço de controle interno, para exame e parecer.”*

**Art. 2º** Ficam revogados o artigo 4º e o inciso II, do artigo 10, da Lei Municipal 2.613, de 17 de julho de 1995.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 22 de Março de 1999.

*Narciso Paulo Michelli*  
Prefeito de Ubá